



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_ /2022**  
**(Da Sr. Orlando Silva )**

Apresentação: 03/06/2022 11:53 - CDHM

REQ n.65/2022

Requer a realização de audiência pública  
para o lançamento da campanha "Sede Zero".

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião conjunta de audiência pública desta comissão e da Comissão de Desenvolvimento Urbano cujo objetivo é promover o lançamento da campanha "Sede Zero".

Adiantam-se, a seguir, as entidades que gostaríamos pudessem enviar representantes para tornar o debate mais qualificado e democrático, sem prejuízo de outras que poderão ser nele incluídas:

1. Federação Nacional dos Trabalhadores Em Energia, Água e Meio Ambiente – Fenatema;
2. Federação Nacional do Urbanitários – FNU;
3. Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento Básico (ASSEMAE);
4. Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS)
5. Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental — FNSA;
6. Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – FISENGE-



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227754104200>



## JUSTIFICAÇÃO

Aos mais de 600 mil óbitos decorrentes da Covid 19 no Brasil, número trágico que assola o País, afetando de forma mais dramática a população pobre que vive em processo de vulnerabilidade, se somam as consequências da crise econômica e social que lançou milhões ao desemprego e reduziu significativamente a renda das famílias, especialmente, com consequências funestas para as condições de alimentação, saúde, educação e moradia.

Nesta conjuntura dramática, mais que nunca é preciso reafirmar que o acesso à água potável e o esgotamento sanitário são direitos humanos e precisam ser assegurados a todas e todos, priorizando os que vivem em situação vulnerável.

Nesse sentido o lançamento da **Campanha Sede Zero**, nessa casa legislativa, e na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), busca dar a exata dimensão que uma ação dessa magnitude representa. A campanha pretende sensibilizar autoridades, parlamentares e sociedade civil, em todos os níveis, no sentido de garantir de forma imperiosa que:

1. Em situações de escassez, deve-se assegurar igualdade no acesso à água das populações submetidas à racionamento ou rodízio do abastecimento, com atenção às moradias das populações vulneráveis e que não disponham de reservatório domiciliar, evitando o desabastecimento dos domicílios situados em áreas desfavoráveis quando de ações de redução de pressão na rede de distribuição;



2. Assegurar, em qualquer situação, o volume mínimo de água necessário à preservação das condições de saúde e higiene das famílias, em especial daquelas em situação de inadimplência por falta de condições econômicas;
3. Implementar tarifa social de água e esgoto como direito “automático” para famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais e com membros recebendo Benefício de Prestação Continuada (BPC).
4. Priorizar o acesso, com a execução gratuita das ligações de água e de esgoto, dos domicílios das famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais e com membros recebendo Benefício de Prestação Continuada;
5. Disponibilizar água para consumo e higiene pessoal e sanitários para população em situação de rua;
6. Disponibilizar água para as populações rurais do semiárido por meio da retomada e ampliação do Programa 1 Milhão de Cisternas e pelo abastecimento emergencial sempre que necessário;
7. Priorizar a execução do Programa Nacional de Saneamento Rural, para assegurar o atendimento com água e saneamento adequado das populações do campo, das águas e das florestas.

A consecução dessas medidas em todo o território nacional deve ser prioridade de todos os três níveis de governo, com especial responsabilidade dos prestadores de serviços públicos de água e esgoto e das agências que tem por função regular a prestação de tais serviços.

São essas as principais razões para este requerimento da audiência pública.



Sala das Sessões, em de maio 2022

Deputado Orlando Silva  
Presidente

Apresentação: 03/06/2022 11:53 - CDHM

REQ n.65/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227754104200>

